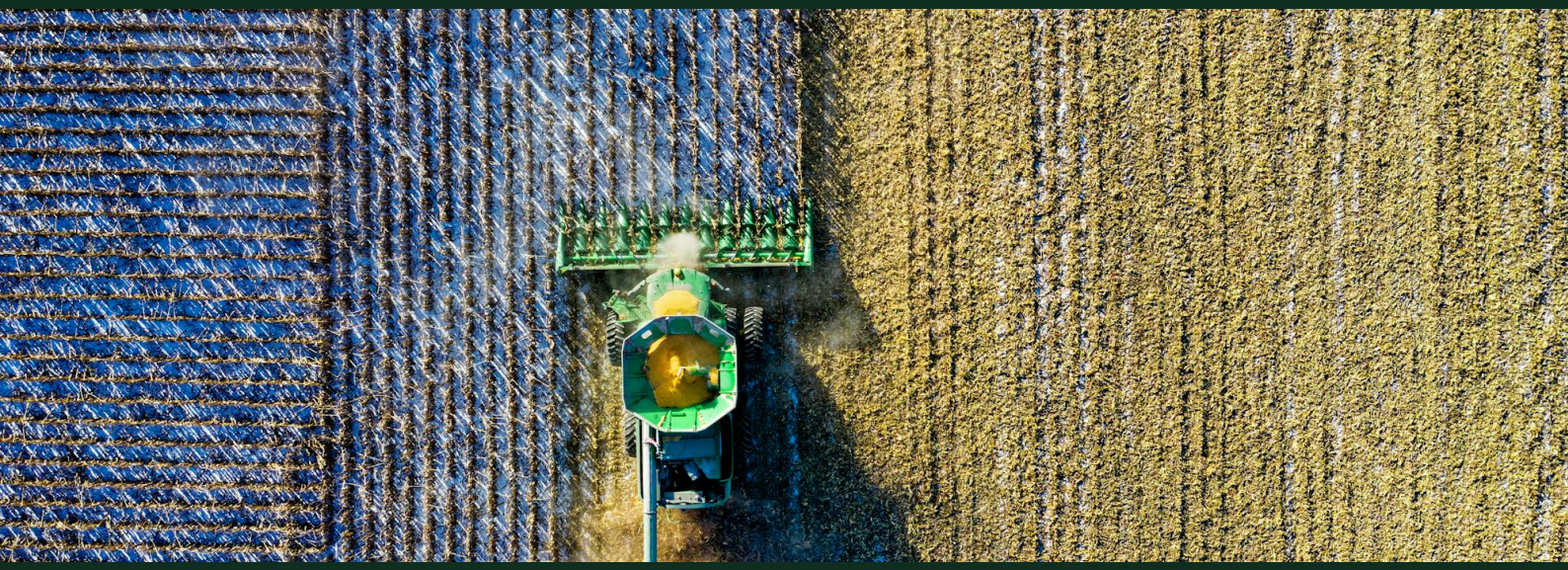
DIOVANE FRANCO
ADVOGADOS

EDIÇÃO 10 · 2026



INFORMATIVO MENSAL

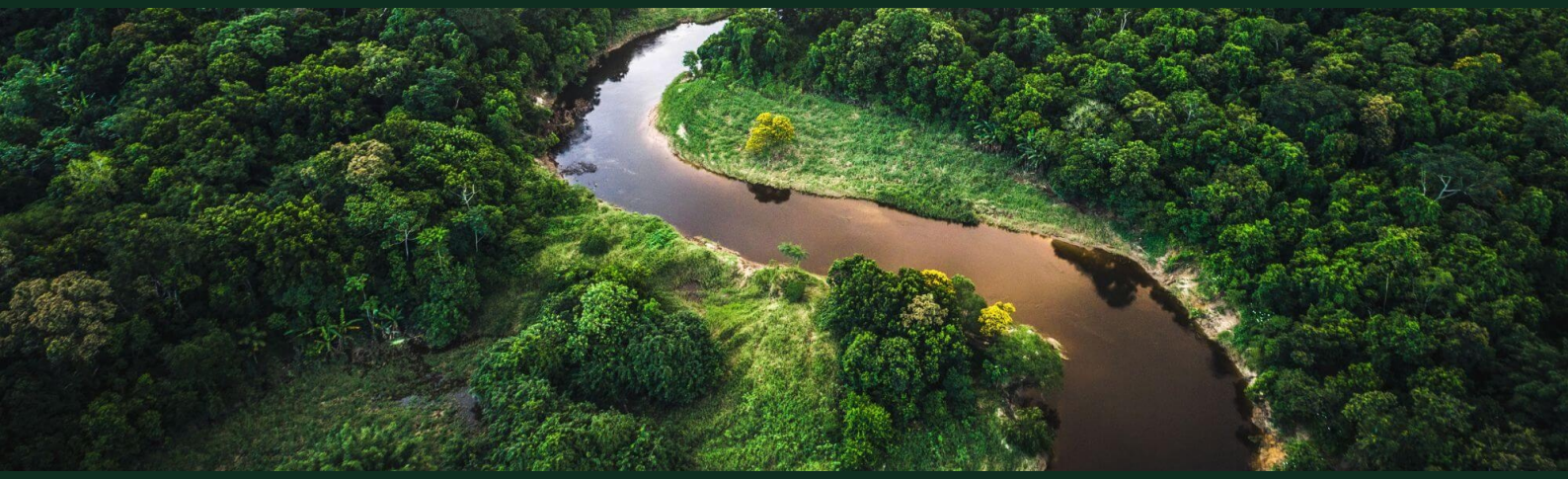
# Direito Ambiental & Agronegócio

Decisões comentadas, fiscalização e notícias para o produtor rural

EDIÇÃO DE

**Outubro de 2026**

"Desmatamento em queda, fiscalização também em queda (1.064 autos do IBAMA, -18,4% vs out/2025): em MT, o risco mudou de endereço — do campo para o sistema."





NESTA EDIÇÃO

# Sumário


1 **Julgados do mês, comentados**
21 decisões em 4 tribunais

2 **Os números da fiscalização**
Autuações e embargos do IBAMA e da SEMA-MT

3 **Notícias do mês**
7 notícias que afetam o produtor rural

4 **Assessoria que protege**
Por que contar com especialistas


| 21 | 1.560 | 7 |
|---|---|---|
| DECISÕES | AUTUAÇÕES | NOTÍCIAS |

## — Editorial

Outubro fechou com um paradoxo que o produtor de Mato Grosso sente no bolso: o Prodes apontou a menor taxa de desmatamento da Amazônia desde 1988, com queda de 46,7% em MT, e ainda assim o estado permanece como o segundo maior em área suprimida, o que mantém Mato Grosso no radar da fiscalização federal — embora os autos do IBAMA tenham caído 18,4% no país no mês e a maior multa tenha saído em Almeirim/PA, com o Pará ainda à frente no Prodes. No mesmo mês, o Ibama publicou autuações por edital somando mais de mil hectares em quatro municípios mato-grossenses e a Justiça Federal de Sinop manteve embargo e bloqueio de sistema florestal em operação sobre o Sisflora — sinal de que a prova de satélite segue convertida em sanção antes de qualquer contraditório efetivo. No plano das teses, a decisão do STF na ADPF 743 sobre desapropriação por crimes ambientais elevou o patamar do risco, enquanto o Informativo 904 do STJ reafirmou que o CAR efetivado supre a averbação da reserva legal, mas fechou espaço para o argumento de consolidação pelo decurso do tempo. Esse é exatamente o terreno dos julgados que comentamos no mês: embargos que sobrevivem ao cancelamento do auto, embargos sobre área autorizada pela própria Sema, liminar que suspende o bloqueio de crédito rural e a obrigação de recompor reserva legal (PRADA) impostos em ACP ambiental e CAR parado além do prazo de análise. A leitura prática é uma só — o passivo hoje é administrado por sistemas (Prodes, Simcar, SisDOF, MCR), e é neles que a defesa precisa atuar antes que o produtor descubra a autuação pelo Diário Oficial ou pela recusa do banco. Para 2026/2027, com as medidas de crédito rural já publicadas e a Lei Geral do Licenciamento ainda sob julgamento no STF, antecipar a regularização deixou de ser prudência e virou condição de operação.

— Equipe Diovane Franco Advogados · OAB/MT 29.530

## 1. Julgados do mês, comentados

As 21 decisões ambientais analisadas pelo escritório em Outubro. Toque em qualquer uma para ler o comentário completo no site.

TJMT · 01/10

### TJMT fixa dano moral coletivo em R$ 56,1 mil por desmate de 56,1 hectares de reserva legal

O TJMT fixou em R$ 56.100,00 a indenização por dano moral coletivo decorrente de desmate de 56,1 hectares de reserva legal, em acórdão

TRF-1 · 02/10

### Liminar suspende embargo do IBAMA mantido após cancelamento do auto de infração

Justiça Federal suspendeu, em 02/10/2026, embargo do IBAMA ativo desde 2014 contra produtor cujo auto de infração foi cancelado pelo próprio

TRF5 · 12/10

### TRF5 separa o embargo sobre a área dos efeitos pessoais contra o antigo proprietário

O TRF5, em acórdão publicado em 12/10/2026, manteve a retirada do nome do antigo proprietário dos cadastros de restrição ambiental,

publicado em 1º/10/2026. A adesão ao PRA e as medidas de recuperação foram consideradas na redução do valor.

Ação civil pública ambiental · CAR

Ler no site ›

órgão por falta de vínculo territorial com a área. Analisamos a distinção em relação ao IRDR 94 do TRF1 e o caminho prático para a baixa.

Auto de infração IBAMA · Crédito rural e CAR

Ler no site ›

preservando o embargo sobre a área. Analisamos a distinção entre efeitos reais e pessoais e a prescrição que não foi enfrentada.

Cadastros de restrição ambiental · Embargo ambiental

Ler no site ›

## TRF-1

7 decisões

**02/10** — Liminar suspende embargo do IBAMA mantido após cancelamento do auto de infração

Justiça Federal suspendeu, em 02/10/2026, embargo do IBAMA ativo desde 2014 contra produtor cujo auto de infração foi cancelado pelo próprio órgão por falta de vínculo territorial com a área. Analisamos a distinção em relação ao IRDR 94 do TRF1 e o caminho prático para a baixa.

Auto de infração IBAMA · Crédito rural e CAR · Embargo ambiental · 1008461-93.2026.4.01.3903 Ler completo ›

**05/10** — Justiça anula embargo do IBAMA sobre desmate autorizado previamente pela SEMA

Sentença de 05/10/2026 (processo 1000801-12.2025.4.01.3603) anulou termo de embargo do IBAMA sobre 740,13 ha desmatados com AD e AEF válidas da SEMA/MT. Decisão aplica a LC 140/2011 e a teoria dos motivos determinantes e veda a troca de motivação do ato.

Autorização de supressão de vegetação · Competência ambiental e LC 140/2011 · Embargo ambiental

1000801-12.2025.4.01.3603 Ler completo ›

**13/10** — Justiça arquiva: com invasões, satélite e CAR não bastaram para provar autoria

A Justiça Federal do Amazonas arquivou notícia-crime por desmate de 16,19 ha em decisão de 13/10/2026: satélite e dados do CAR não individualizam autoria quando há invasão por terceiros. Analisamos os reflexos na esfera administrativa e no embargo.

CAR · Crime ambiental · Embargo ambiental · 1057419-22.2025.4.01.3200 Ler completo ›

**15/10** — Reserva legal zerada na declaração do ITR: o CAR feito depois não resolve

Sentença publicada em 15/10/2026 negou a exclusão da reserva legal da base do ITR porque o CAR foi inscrito depois do fato gerador. Analisamos o acerto quanto à prova contemporânea e o erro de usar como reforço a falta de averbação nas matrículas, dispensada pelo art. 18, § 4º, do Código Florestal.

CAR · código florestal · ITR e reserva legal · 1002301-82.2026.4.01.3602 Ler completo ›

**21/10** — TRF1 mantém multa do IBAMA suspensa por mora estadual no termo do PRA

TRF1 manteve suspensa multa do IBAMA de R$ 454.500,00 porque o órgão estadual não convocou o produtor para assinar o termo de compromisso do PRA. Imóvel abaixo de 4 módulos fiscais e infração anterior a 22/07/2008. Acórdão de 21/10/2026.

Área rural consolidada · CAR · Módulo fiscal · 0002122-17.2016.4.01.3603 Ler completo ›

**27/10** — Embargo de 2007 é levantado após regeneração da APP e aprovação do PRADA

Justiça Federal determinou o levantamento de embargo lavrado em 2007 sobre APP, reconhecendo que as regras de transição do art. 59 do Código Florestal e a regeneração atestada pelo órgão estadual esvaziaram a finalidade da medida. Analisamos os acertos e o ponto frágil da sentença.

APP · código florestal · Embargo ambiental · 1007187-58.2025.4.01.3603 Ler completo ›

**28/10** — TRF1 mantém condenação criminal por desmatamento de 38 hectares em gleba federal

O TRF1 manteve condenação por desmatamento de 38,233 hectares em gleba federal (art. 50-A da Lei 9.605/98), em acórdão publicado em 28/10/2026. A decisão admite auto de infração, termo de embargo e imagens de satélite como prova da materialidade criminal.

Auto de infração IBAMA · competencia-da-justica-federal · Crime ambiental · 1002981-27.2023.4.01.3908

Ler completo ›

# TJMT

11 decisões

**01/10**

## TJMT fixa dano moral coletivo em R$ 56,1 mil por desmate de 56,1 hectares de reserva legal

O TJMT fixou em R$ 56.100,00 a indenização por dano moral coletivo decorrente de desmate de 56,1 hectares de reserva legal, em acórdão publicado em 1º/10/2026. A adesão ao PRA e as medidas de recuperação foram consideradas na redução do valor.

Ação civil pública ambiental · CAR · Dano moral coletivo ambiental · 1001355-90.2019.8.11.0095 **Ler completo ›**

**06/10**

## Juiz de MT nega, por ora, liminar contra CAR sobreposto sem laudo com ART

Em decisão disponibilizada em 06/10/2026, juiz de Mato Grosso negou, por ora, liminar para suspender CAR alegadamente sobreposto à área dos autores, por falta de laudo georreferenciado com ART e de prova do registro ou da posse. A decisão mostra o que é indispensável em litígios de sobreposição.

cadastro ambiental rural · Reserva legal · SEMA MT · 1001061-48.2026.8.11.0077 **Ler completo ›**

**08/10**

## Justiça obriga SEMA-MT a analisar tipologia vegetal parada além de 180 dias

Sentença do TJMT de 08/10/2026 concedeu mandado de segurança para obrigar a SEMA/MT a concluir análise de Projeto de Tipologia Vegetal parado além dos 180 dias do Decreto Estadual 697/2020, com pendências comunicadas de uma única vez.

cadastro ambiental rural · Mandado de seguranca ambiental · Omissão administrativa · 1049940-97.2026.8.11.0041

**Ler completo ›**

**09/10**

## TJMT suspende em liminar bloqueio de crédito e PRADA judicial em desmatamento

TJMT suspendeu, em 09/10/2026, a obrigação de recuperar reserva legal e o bloqueio de crédito rural impostos em ACP ambiental. Decisão reconheceu que desmatamento em área passível de uso alternativo do solo não autoriza ordem de recomposição de ARL.

PRADA · Reserva legal · Restrição de crédito rural · 1045978-92.2026.8.11.0000 **Ler completo ›**

**16/10**

## Liminar em MT dá 15 dias para SEMA comprovar análise de CAR parado desde 2025

Em liminar de 16/10/2026, a Vara Especializada do Meio Ambiente (TJMT) mandou o Estado e a SEMA/MT concluírem a análise de retificação de CAR parada desde fevereiro de 2025, com pendências comunicadas de uma só vez e 15 dias para comprovar. Analisamos a fundamentação e a falha na multa.

cadastro ambiental rural · crédito rural · mora administrativa · 1064549-85.2026.8.11.0041 **Ler completo ›**

**19/10**

## TJMT decide que regeneração natural não retira a condição de área rural consolidada

Em acórdão publicado em 19/10/2026, o TJMT fixou que regeneração natural posterior e passivo de Reserva Legal não retiram a condição de área rural consolidada, mas confirmou que queimada e exploração florestal eventual antes de 2008 não bastam para caracterizá-la.

Área rural consolidada · cadastro ambiental rural · código florestal · 1000700-47.2023.8.11.0041 **Ler completo ›**

**20/10**

## Exceção de pré-executividade e TAC ambiental

Juízo do TJMT rejeitou exceção de pré-executividade em execução de TAC ambiental, decidindo que vício de consentimento e alegação de área rural consolidada exigem dilação probatória. Decisão de 20/10/2026 também indeferiu gratuidade e exigiu retificação do CAR para adesão ao PRAD.

Área rural consolidada · CAR · excecao-de-pre-executividade · 1000941-11.2023.8.11.0012 **Ler completo ›**

**22/10**

## Piscicultura sem licença rende condenação de R$ 1,6 milhão em ACP ambiental

Sentença da 1ª Vara Cível de Sorriso (MT) condenou produtor a R$ 1,6 milhão por piscicultura sem licença. A tese de morosidade da SEMA foi afastada e o laudo pericial foi homologado, com as impugnações do réu tidas como mero inconformismo. Veja o que a defesa deveria ter feito.

dano-moral-coletivo · Licenciamento ambiental · Responsabilidade civil objetiva ambiental · 1004880-80.2021.8.11.0040

**Ler completo ›**

**23/10**

### TJMT: limite de seis metros para vias não se aplica a canal de captação de água

TJMT reconheceu que o limite de seis metros de instrução normativa estadual, escrito para vias de acesso, não se aplica a canal de captação de água com outorga. Afastou, porém, a declaração judicial de inexistência de passivo, devolvendo a análise técnica ao órgão ambiental.

Atividade de baixo impacto ambiental · cadastro ambiental rural · Controle judicial do ato administrativo

`1119449-52.2025.8.11.0041` **Ler completo ›**

**26/10**

### Proprietário responde pela recomposição de 895 hectares mesmo sem prova de que desmatou

Sentença do TJMT de 26/10/2026 condenou proprietária a recompor 895,37 ha por obrigação propter rem, mas negou indenização por falta de nexo causal. Relatório de sensoriamento remoto prova dano, não autoria. Análise crítica e orientação prática.

Ação civil pública ambiental · Área rural consolidada · CAR · `0000765-11.2018.8.11.0049` **Ler completo ›**

**30/10**

### Justiça obriga SEMA a concluir análise de CAR parado desde 2025 em Mato Grosso

Liminar da Vara do Meio Ambiente do TJMT (30/10/2026) mandou a SEMA/MT concluir análise de CAR protocolado em junho de 2025, com exigências unificadas e comprovação em 15 dias. Analisamos o acerto da ordem e a fragilidade da multa só advertida, sem valor nem periodicidade.

cadastro ambiental rural · crédito rural · mora administrativa · `1072288-12.2026.8.11.0041` **Ler completo ›**

## TRF5

2 decisões

**12/10**

### TRF5 separa o embargo sobre a área dos efeitos pessoais contra o antigo proprietário

O TRF5, em acórdão publicado em 12/10/2026, manteve a retirada do nome do antigo proprietário dos cadastros de restrição ambiental, preservando o embargo sobre a área. Analisamos a distinção entre efeitos reais e pessoais e a prescrição que não foi enfrentada.

Cadastros de restrição ambiental · Embargo ambiental · ibama · `0003283-04.2025.4.05.8205` **Ler completo ›**

**29/10**

### Laudo técnico sobre o CAR errado derruba defesa contra multa do ICMBio de R$ 58 mil

Sentença da 16ª Vara Federal do Ceará, de 29/10/2026, manteve multa de R$ 58 mil do ICMBio por desmate de 28,46 ha em APA. A defesa apresentou laudo baseado em CAR diverso do imóvel autuado e deixou transcorrer o prazo de provas.

auto-de-infracao-icmbio · cadastro ambiental rural · Multa ambiental em unidade de conservação

`0800894-31.2025.4.05.8102` **Ler completo ›**

## TJRO

1 decisão

**14/10**

### Sentença manda recuperar reserva legal desmatada e afasta dano moral coletivo

Sentença do TJRO de 14/10/2026 condenou produtor revel a recuperar área desmatada em 180 dias, afastou dano moral coletivo de R$ 300 mil e negou conversão prévia em R$ 7,38 milhões. Análise aponta prazo inexequível, polígono indefinido e remissão equivocada ao CPC na conversão em perdas e danos.

Ação civil pública ambiental · dano-moral-coletivo · recuperacao-de-area-degradada · `7021813-32.2024.8.22.0002`

**Ler completo ›**

# 2. Os números da fiscalização

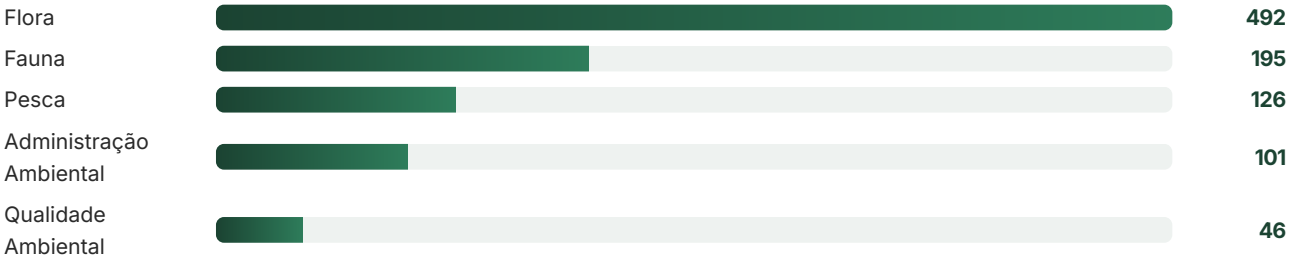
Autuações e embargos lavrados em Outubro/2026, a partir dos dados oficiais do IBAMA (Dados Abertos) e da SEMA-MT (Transparência).

## IBAMA · Brasil autos e embargos — outubro/2026

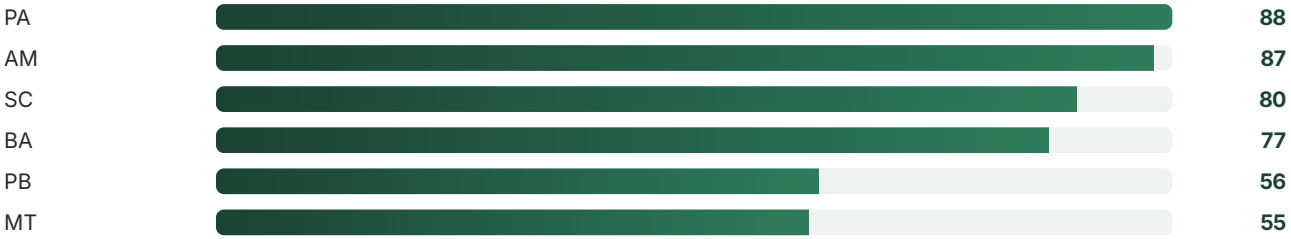
-18,4% vs out/25

| 1.064 | R$ 491,8 mi | 264 | R$ 50,0 mi |
|---|---|---|---|
| Autos de infração | Em multas | Embargos | Maior multa |
| | | 20.193 ha embargados | Almeirim/PA |

AUTOS POR TIPO DE INFRAÇÃO




AUTOS POR ESTADO (TOP 6)




## SEMA-MT · Mato Grosso autos e embargos — outubro/2026

-31,6% vs out/25

| 496 | R$ 113,2 mi | 298 | R$ 13,7 mi |
|---|---|---|---|
| Autos de infração | Em multas | Embargos | Maior multa |
| | | 25.167 ha embargados | Aripuanã |

**Leitura do mês:** o IBAMA lavrou **1.064 autos** no país (-18,4% vs out/2025), com a maior multa em Almeirim/PA; a SEMA-MT autuou 496 em Mato Grosso. No acumulado do ano: 13.141 autos federais e R$ 4,00 bi em multas.

# 3. Notícias do mês

O que aconteceu em Outubro e afeta diretamente quem produz e quem é autuado — selecionado e comentado pelo escritório.

MINUTO MT · 22/10/2026

### STF autoriza desapropriação de imóveis rurais por crimes ambientais na ADPF 743

STJ – INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA N. 904 · 06/10/2026

### Informativo 904 do STJ reafirma que a inscrição no CAR substitui a averbação

AGÊNCIA GOV (INPE/MMA) · 16/10/2026

### Prodes 2026: desmatamento na Amazônia cai 41,8% e Mato

Decisão do ministro Flávio Dino, firmada na ADPF 743 (prevenção e combate a incêndios no Pantanal e na Amazônia), admite a desapropriação para fins de reforma agrária de áreas com desmatamento ilegal ou incêndio criminoso, mediante indenização em títulos da dívida agrária. A decisão também bloqueia a regularização fundiária de imóveis ligados a ilícitos ambientais e prevê ações de indenização contra os responsáveis. O setor produtivo cobra que o tema seja levado ao Plenário, por falta de critérios claros de aplicação.

**Por que importa:** Eleva o risco do passivo ambiental da patrimonial para a existencial: a autuação deixa de ser só multa e embargo e passa a tangenciar a própria titularidade da terra.

Ler na fonte ›

## da reserva legal e rejeita o fato consumado ambiental

O informativo registra que a efetiva inscrição do imóvel rural no CAR torna inexigível obrigação de averbar a reserva legal na matrícula assumida em Termo de Ajustamento de Conduta, por já atingida a finalidade de regularização. Na mesma edição, o Tribunal reitera que não há direito adquirido a situação lesiva ao meio ambiente e que não se aplica a teoria do fato consumado em matéria ambiental (Súmula 613).

**Por que importa:** Dá munição concreta a quem cumpriu o CAR e ainda é cobrado por averbação antiga, mas fecha a porta para defesas baseadas apenas na consolidação do uso no tempo.

Ler na fonte ›

## Grosso recua 46,7%, mas segue em 2º lugar

O Governo Federal divulgou as taxas do Prodes para o ciclo agosto/2025–julho/2026: 3.335 km² na Amazônia, menor valor da série iniciada em 1988. Mato Grosso saiu de 1.593 km² para 849 km² (-46,7%), mas ainda é o segundo estado com maior área desmatada, atrás do Pará (1.130 km²); no Cerrado, o estado ficou praticamente estável (454,52 km²).

**Por que importa:** O Prodes é a base de dados que alimenta bloqueio de crédito rural e autuações de ofício — cada polígono publicado pode virar auto de infração e embargo na fazenda.

Ler na fonte ›

FATOS DE MATO GROSSO · 20/10/2026

### Ibama autua por edital quase 1,2 mil hectares de desmate ilegal em quatro municípios de MT

Autos de infração publicados no Diário Oficial da União somam 1.179,77 hectares de vegetação suprimida em Mato Grosso, sendo o maior caso em Porto dos Gaúchos, com 781,76 hectares de floresta amazônica. O Ibama recorreu ao edital por não localizar os autuados; sem manifestação, o processo segue para instrução e julgamento no próprio órgão.

Ler na fonte ›

PONTO NA CURVA · 30/10/2026

### Justiça Federal de Sinop mantém embargo e bloqueio no SisDOF de madeireira investigada em operação do Ibama

A 1ª Vara Federal de Sinop manteve o embargo das atividades e o bloqueio de acesso ao Sistema do Documento de Origem Florestal de empresa alvo de operação contra fraudes no Sisflora/MT. A ação do Ibama mirou movimentações suspeitas ligadas à extração ilegal de madeira em terras indígenas, unidades de conservação e terras públicas da União.

Ler na fonte ›

CONJUR · 26/10/2026

### Lei Geral do Licenciamento Ambiental completa um ano sob aplicação seletiva e com ações pendentes no STF

Artigo analisa o impasse da Lei 15.190/2025, que buscou unificar modalidades, prazos, competências e condicionantes do licenciamento em nível nacional. Foram ajuizadas cinco ações no STF questionando dispositivos da LGLA e da Lei da Licença Ambiental Especial (ADIs 7.913, 7.916, 7.919 e 8.007 e ADC 102), com julgamento conjunto pautado e adiado duas vezes.

Ler na fonte ›

CANAL MT / SEMA-MT · 30/10/2026

### Sema-MT e Incra acionam mutirões para destravar CAR em assentamentos de Juara, Brasnorte e Tangará da Serra

Sema-MT e Incra realizaram reuniões nos três municípios para acelerar a regularização ambiental em assentamentos pelo Simcar Assentamento, incluindo a elaboração das bases de referência exigidas para efetivar o CAR. A Secretaria também articula termos de cooperação com prefeituras, sindicatos e associações para regularizar pequenas propriedades.

Ler na fonte ›



O **Diovane Franco Advogados** é um escritório especializado em Direito Ambiental e Direito do Agronegócio, fundado em **Sinop/MT** — coração do agronegócio brasileiro. Somos referência nacional na defesa de **produtores rurais, empresas do setor, cooperativas, sindicatos, federações e confederações** em todas as esferas: administrativa, judicial e consultiva.

O escritório é liderado pelo **Dr. Diovane Franco**, ex-servidor dos **Tribunais Regionais Federais da 1ª e 3ª Regiões**, mestrando em Ciência Jurídica pela UNIVALI com período na **Universidad de Alicante** (Espanha), **Diretor Jurídico do Instituto de Direito Agroambiental**, membro do **Instituto Brasileiro de Direito Administrativo Sancionador** e autor pela **Thomson Reuters** da obra Embargos Ambientais em Áreas Rurais (2025), obra pioneira sobre a Teoria Geral do Embargo Ambiental no Brasil, coautor de Cadastro Ambiental Rural: direito, prática e tecnologia (2026), além de colunista regular em **Migalhas**, **ConJur** e **Compre Rural**.

Como mostram os julgados deste informativo, **boa parte das autuações não se sustenta quando enfrentada com técnica**. Conhecer o caminho certo, no prazo certo, é o que protege o seu patrimônio.

## ÁREAS DE ATUAÇÃO

| | | |
|---|---|---|
| Defesa em autos de infração e multas do IBAMA e SEMA | Desembargo de áreas e suspensão de embargos indevidos | Prescrição de multas e nulidade de autuações |
| Licenciamento, CAR, PRA e regularização fundiária | Liberação de crédito rural travado por questão ambiental | Crime ambiental e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) |

FALE COM O ESCRITÓRIO

# Seu caso merece uma análise especializada

Cada auto de infração, cada embargo por satélite e cada nova regra pode significar a paralisação de uma fazenda ou o vencimento antecipado de uma dívida. Não enfrente sozinho.


ATENDIMENTO DIRETO

## (66) 99955-5402

contato@diovanefranco.com.br · diovanefranco.com.br



DIOVANE FRANCO ADVOGADOS

Sinop/MT · Belém/PA · Brasília/DF · Novo Progresso/PA · Rio de Janeiro/RJ



Informativo Outubro/2026. Conteúdo informativo, não constitui parecer ou consulta jurídica. Dados de fiscalização: IBAMA (Dados Abertos) e SEMA-MT (Transparência).